

Setúbal: limites da dívida externa

por Celso Pinto
de São Paulo

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

de gerar, com persistência, superávits expressivos, mas equivalentes a 10 ou 20% de suas exportações. Imaginar que o Brasil continuar gerando excedentes comerciais externos equivalentes a 40 ou 50% de suas exportações, por vários anos, significa supor uma dose de sacrifício irrazoável.

O arranjo mais duradouro para a área externa, em sua concepção, teria de ser articulado a partir desta base. Com compreensível cautela, no entanto, ele separa o que imagina como adequado, para o futuro, daquilo que o candidato Tancredo Neves eventualmente considere.

Setúbal está absolutamente convencido de que o motor que girará a roda central do governo Tancredo Neves será essencialmente político, o que torna um pouco retórico o exercício, hoje generalizado, de confecção de programas econômicos de governo. Ele garante que não está fazendo o seu, embora a intensa atividade de análise da economia brasileira, que está sendo realizada por colaboradores seus do Banco Itaú, seja identificada, por muitos, como um passo nesta direção.

É, na realidade, uma forma de Setúbal montar uma base mínima de informações para a eventualidade de ser chamado para ocupar um posto no próximo governo. Ele assegura, no entanto, que tudo não passa de trabalho rotineiro da assessoria econômica do Itaú, com a colaboração eventual de outros economistas.

O cuidado se explica. Há sólidas indicações de que Tancredo o considera exce-

lente candidato para o comando econômico, embora jamais tenha insinuado — a ele ou a algum outro — nenhuma espécie de convite. Exposto precocemente nessa posição, Setúbal acabou atraindo para si toda a oposição das alas mais à esquerda do PMDB. Hoje, há um fogo cerrado, ostensivo, contra seu nome, partindo de parte do PMDB, e alguns dos envolvidos alegam que têm, como aliado, nesta tarefa, o próprio presidente do partido, Ulysses Guimarães.

Setúbal evita fornecer mais munição. Para ele, quatro políticos terão influência na composição do futuro Ministério Tancredo Neves: Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Aureliano Chaves e Marco Maciel. E certo, de toda forma, que há um fosso separando suas ideias das do grupo de economistas ligados ao PMDB. Isto teria ficado cristalino, segundo um economista disse a este jornal, num recente encontro entre ambos os lados.

E o que Setúbal pensa da economia brasileira? Um dos pontos que mais o preocupa é o déficit do setor público. A primeira tarefa, diz ele, é tentar descobrir realmente sua dimensão, já que os dados apresentados pelo governo estão cercados de artifícios, destinados a facilitar as discussões com o FMI.

A receita para debelar o déficit público é simples, na teoria, mas a essência da decisão é política. Se a opção for elevar a receita, é preciso decidir, politicamente, quem pagará a conta; se ela for a de cortar gastos, é necessário eleger os atingidos. "É um processo que Tancredo Neves conhece muito bem e enfrentou em Minas", completa Setúbal.

Outro ponto que ele privi-

legia é a necessidade de estancar o mecanismo de ajuste cambial pela inflação plena, não deduzindo o efeito da média inflacionária internacional. Não é possível, em sua opinião, sustentar este processo por muito tempo.

Estas são questões que, equacionadas, ajudariam a ajustar a inflação e as taxas de juros. Setúbal discorda do que ele chama de "gimmicks" para derrubar a inflação — e, neste ponto, diz estar seguro de que Tancredo tem a mesma opinião. Nesta categoria, ele enquadraria ideias que implicariam plena desindexação da economia, quer através da eliminação súbita da indexação, que através da indexação total e criação de uma nova moeda, como sugeriu o economista André Lara Resende e endossou o ex-ministro Mário Henrique Simonsen.

Não há, segundo Setúbal, viabilidade política para este tipo de solução. No caso da criação da nova moeda, por exemplo, ele acha impossível atender a um requisito básico: que a conversão dos salários, aluguéis, e preços em geral, de cruzeiros para a nova moeda indexada, se faça não pelo valor presente, mas pela média entre os períodos habituais de reajuste. "Hoje", exemplifica,

"o trabalhador fica pelo menos um mês satisfeito com seu reajuste e cinco meses insatisfeito." Pela nova fórmula, a insatisfação seria integral (embora, a rigor, não houvesse perda alguma de salário real, desde que os outros preços também fossem ajustados desta forma).

O grande filtro para qualquer ideia, insiste Setúbal, será político.

O governo Tancredo se-
rá, naturalmente, submeti-

do a todo tipo de pressões, o que é legítimo. Há quem diga, por exemplo, lembra Setúbal, que o novo governo está sendo esperado pelas estatais como uma reedição de um "13 de Maio", quando uma carta de aforria geral recomporia, por milagre, sua capacidade de investimentos. Os estados estão atravessando enormes dificuldades, assim como seus bancos.

A soma das demandas será, obrigatoriamente, superior ao bolo disponível. Caberá ao governo administrar, politicamente, a repartição. E isto será — ele não duvida — tarefa do Executivo. Setúbal não vê a menor chance de ser efetivada a reforma bancária, pela qual seria constituído um banco central mais independente, haveria unificação orçamentária e centralização dos encargos federais do orçamento da União. Em consequência, seria estreitado enormemente o poder de manobra nos gastos do Executivo e reforçada, em igual proporção, a importância do Congresso na definição dos dispêndios.

Setúbal não discute o mérito da reforma, mas a considera impraticável pela simples razão de que contraria a tradição centralizadora do Executivo na definição dos gastos. Se for aprovada pelo atual governo — como Brasília pretende — acabará, como se costuma dizer, "não pegando".

Se ainda há dúvidas a serem discutidas na área econômica, Setúbal considera encerrada, na prática, a etapa política mais delicada: Tancredo Neves já é o virtual eleito para a presidência da República. "Mudar isto, agora só se for por milagre divino, porque, por obra humana, não dá mais", define.

Apesar deste pragmatismo, Setúbal acha insustentável projetar acertos para a área externa apoiados em superávits comerciais crescentes. Seu argumento é que o Brasil, hoje, produz um superávit excessivo, se relacionado com o total de suas exportações e de sua economia. Outros países desenvolvidos, como o Japão e a Alemanha, são capazes

Curiosamente, no momento em que os ministros Delfim Netto e Ernane Galvães, ao lado do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, estão iniciando uma negociação com o objetivo explícito de montar um pacote plurianual com os bancos, reescalando amortizações até 1990, Setúbal aposta na direção contrária. Ele acha que esta próxima rodada será rápida e limitada apenas à montagem de um arranjo provisório para o próximo ano. Os banqueiros querem negociar, a sério, com o próximo presidente, e isto só seria viável mais para o final de 1985.

Setúbal: limites da...

9 NOV 1984